



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE CABO FRIO

INDICAÇÃO N° 041/2017.

Em, 26 de Fevereiro de 2018.

SOLICITA AO EXM° SENHOR PREFEITO ESTABELECIMENTO DE CONVÊNIO COM O MINISTÉRIO DO TURISMO PARA A CRIAÇÃO DO MUSEU DO SAL EM CABO FRIO.

Exm° Sr. Presidente da Câmara de Cabo Frio.

O Vereador que esta subscreve, atendendo tudo mais o que determina o interesse público, INDICA à Douta Mesa, na forma regimental, o envio de expediente ao Exm° Senhor Prefeito solicitando o estabelecimento de convênio com o Ministério do Turismo para a criação do Museu do Sal em Cabo Frio.

Salas das Sessões, 26 de fevereiro de 2018.

RAFAEL PEÇANHA DE MOURA
Vereador - autor

JUSTIFICATIVA:

O município vizinho de São Pedro da Aldeia já possui seu Museu do Sal, cujo projeto e obras se deram em convênio com o Ministério do Turismo. Neste formato, trata-se do primeiro do país. Cabo Frio, cidade que guarda a história do sal brasileiro, não merecia largar atrás em tal corrida, mas merece menos ainda não ter espaço de semelhante impacto em seu território.

Sendo assim, há justificativas históricas de sobra para que nosso município possua tal espaço cultural.

Podemos dividir o processo de urbanização da cidade de Cabo Frio em três fases: uma primeira diria respeito aos primeiros anos de consolidação de Cabo Frio, legalmente falando, como povoado, vila e cidade, sob a égide da intervenção do estado português na criação de instituições públicas locais. A segunda fase iria da explosão do sal como atividade econômica local, no século XIX, até o final da década de 50 do século XX. Esta fase conta com a força dos salineiros, empreendedores que dominam não só o cenário econômico, mas também político da cidade de então e seu processo de urbanização. A paulatina retirada deste grupo do poder político local se consolida nos anos 70, ainda que a atividade salineira permaneça vigente até os anos 80 na região. Uma terceira fase se iniciaria exatamente a partir da década de 60, quando a exploração do sal começa a deixar de ser o carro chefe da economia da cidade, passando o turismo – sendo consequente a especulação imobiliária – o novo condutor da economia local, banhado nos royalties do petróleo.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE CABO FRIO

Para Cunha (1989, p.24), além da já citada busca pela água potável, havia mais motivos para a criação do novo núcleo urbano de Cabo Frio no século XVII, quando efetivamente começa a história industrial do sal em nossa cidade: primeiramente, não havia como expandir a cidade a partir do bairro da Passagem, cercada de apicús. Em segundo lugar, segundo o autor, interessava a possibilidade de construção de um porto para a busca do sal de Massambaba, atual região do município Arraial do Cabo. O comércio salineiro, portanto, é crescente já nesse período, e influencia diretamente as relações de poder, as relações sociais e as modificações urbanas de então.

A informação de que a criação de um segundo núcleo urbano em Cabo Frio, na segunda metade do século XVII, possui íntima relação com a produção e comercialização do sal na região, não constitui, sem dúvida, questão isolada na relação entre crescimento urbano e economia local no período. A produção de sal é a grande tendência da economia regional desde o século XVII, se consolidando como principal motor da economia cabo-friense nos séculos XVIII e XIX. Como veremos daqui em diante, o motor da economia cabofriense no período possui influências diretas e indiretas no processo de urbanização da cidade. Para Giffoni (2000), de fato, a explosão do sal em Cabo Frio se dá no século XIX, entre os anos de 1810 e 1850, próximo ao período no qual o produto entra em crise no resto do mundo colonial – o chamado “estaque” do sal, a partir de 1798 (Giffoni, 2000, pp.17, 18).

Até 1824 a produção local de sal local é artesanal, embora abundante, ao ponto de prejudicar a exportação do produto vindo da coroa portuguesa, o que leva o mesmo reino a proibir, ao governador geral do estado, o uso de outro sal que não o português, em acordo com as Cartas Régias de 28 de fevereiro de 1690 e 18 de janeiro de 1691. Assim, em 1725, o então Governador Luiz Vaia Monteiro manda apreender todo o sal da região, decisão questionada à Coroa no mesmo ano, havendo ganho de causa para a Câmara de Cabo Frio (Beranger, 2003, p.67).

Em 1824, o Imperador Pedro I autoriza o militar alemão Luiz Lindenberg a escolher na restinga, na modalidade de aforamento, um lote isento de foro para instalar uma salina. Para Beranger (2003), Lindenberg não só a instalou, na localidade denominada Perinas, mas também alavancou a indústria de sal no país (Beranger, 2003), inaugurando um novo momento da atividade na região. A partir de então, a produção do sal regional torna-se industrial e poderosos salineiros – que, como veremos, se embrenham na esfera da gestão pública local – se instalam na localidade: Joaquim Alves Nogueira da Silva, Leger Palmer, Luiz João Gago, entre outros (Idem, pp.68,69).

Segundo Massa (1980), as ações de Lindenberg perduram até 1859, quando uma pequena crise na atividade salineira se instala. Leger Palmer busca a recuperação da economia do sal, mas apenas João Gago, em 1885, conseguiria reestabelecer a referida indústria na cidade (Massa, 1980, p.79), situação que mantém relativa estabilidade até 1980, quando se evidencia a decadência da produção e a consequente utilização das áreas de salinas para a edificação de empreendimentos imobiliários. Para Massa (1980), são os empreendimentos do salineiro Luiz Lindenberg que criam um grupo de proprietários de salinas que domina, política e economicamente, a região da Lagoa de Araruama até meados dos anos 50 do século XX.

Nos primeiros anos do século XX temos a primeira grande intervenção ambiental na cidade, tendo em vista a atividade salineira: o engenheiro e salineiro Leger Palmer abre um canal que



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE CABO FRIO

recebe seu nome, na altura do bairro Portinho, a fim de facilitar a exportação de sal, quebrando o então monopólio de Iguaba Grande. Palmer ainda alargou o porto que servia de exportação do sal cabo-friense, bem como comandou a Companhia de Navegação a Vapor da Lagoa (Massa, 1980, p.90). No destaque de mapa abaixo, a legenda de número 9 confirma o Canal Palmer como prolongamento do Canal Itajurú. A localidade, atualmente, comporta a Ilha do Anjo, um dos condomínios de maior padrão econômico da cidade de Cabo Frio.

O domínio político da cidade por salineiros locais pode ser observado, dentro do período histórico em análise, através das relações políticas e pessoais dos gestores públicos da municipalidade. Os principais mandatários do período em Cabo Frio eram proprietários de salinas. São os casos de Érico Coelho, Deputado Estadual e industrial das salinas de Massambaba, anteriormente pertencentes a Leger Palmer nos idos dos primeiros anos do século XX. Também Luís João Gago foi eleito para a Câmara Municipal de Cabo Frio em 1900 (Massa, 1980). O Coronel Mário Quintanilha, que foi Presidente da Câmara Municipal de Cabo Frio (em 1907 e 1919), Prefeito da Cidade (em 1936), Deputado Estadual e Vice-Governador do estado (em 1907), chegou a Cabo Frio exatamente para tornar-se gerente das Salinas Ponta do Costa, de Luís Lindenberg (idem, pp.93,94). Quintanilha, segundo cronistas locais dos anos 80 do século XX, casou-se com uma herdeira da família 44 Lindenberg, família esta, como já vimos, pioneira na indústria do sal municipal (Terra, 2003, p. 161).

O Coronel Quintanilha, na verdade, é um dos personagens mais marcantes desse período na política cabofriense, que, como vimos, caminha de braços dados com a nascente produção salineira. Nesse período, “os salineiros (...) se distribuía(m) quase numa proporcionalidade igualitária entre as duas facções políticas” (Massa, 1980, p.109), dotadas de grande rivalidade. Tratavam-se dos grupos políticos liderados pelo Coronel Quintanilha e pelo Coronel Gouveia. Aquele grupo era aliado de Nilo Peçanha e Érico Coelho, que assume a Presidência da República em 1909; já este era seguidor do Governador do estado Alfredo Backer (Massa, 1980).

No final da segunda década do século XX, quase 50% do orçamento municipal advinha do imposto do sal, conforme indica a estimativa orçamentária para o terceiro trimestre de 1919, (idem, p.116). Esse período de ascensão salineira, no campo político e econômico, traz melhorias nos equipamentos urbanos, especialmente no que se refere à ligação de Cabo Frio a outras cidades: em 1928, a malha rodoviária já ligava a cidade a Rio Bonito (idem, p. 201) e no ano seguinte, inaugura-se a luz elétrica na localidade (idem, 164). Um dos símbolos mais significativos para nossa etnografia, a Ponte Feliciano Sodré, é inaugurada em 1926, no mandato do Prefeito Antônio Novellino, membro do grupo político do Coronel Gouveia. Feliciano Sodré, que dá nome à ponte, é então o Presidente do estado, e vem a Cabo Frio inaugurar a obra. Cabe lembrar que a Ponte Feliciano Sodré foi construída em substituição à Ponte Miguel de Carvalho, construída em 1898, por operários espanhóis, que desabou em 1920 (idem, p.203).

Em 1927, mesmo quando a produção de sal em Cabo Frio enfrentava certa crise – com redução de exportação de 80.000 sacos para 40.000 sacos anuais – a economia da cidade era a quinta no estado em fonte de receita para a união, atrás apenas de São Gonçalo, Niterói, Petrópolis e Campos (idem, p.189). Em 1924, poucos anos antes, Cabo Frio, São Pedro da Aldeia e Araruama, juntos, produziam cerca de 1/3 do sal 45 nacional, possuindo Cabo Frio 48 salinas e uma produção anual impressionante de 2.000.000 de sacos de sal (Baptista, 2007, p.79) Baptista (2007) é concorde com o domínio político do grupo de salineiros na cidade a partir de meados do



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE CABO FRIO

século XIX, lembrando que, no século XX, o PSD era o partido hegemônico na política local, abrigando, em sua grande maioria, salineiros, que comandaram a cidade até 1958, quando a chegada do PTB ao poder municipal parece interromper o processo.

A partir de 1963 e com o golpe militar de 1964 (Baptista, 2007, p.11), a ARENA (majoritariamente com participação de salineiros) e o MDB (composto por trabalhadores e profissionais liberais) disputam o poder da cidade, elegendo prefeitos: a ARENA comanda Cabo Frio em 1963; o MDB em 1966 e 1970; a ARENA retoma o posto em 1972; em 1976, o MDB retorna ao poder com José Bonifácio (Baptista, 2007, pp. 16, 17, 19). Para o autor, a vitória de Bonifácio marca o fim da hegemonia das forças conservadoras na política local, ligadas aos salineiros e ao regime militar, e a ascensão do que chama de “forças de oposição”, uma linhagem política de visão da cidade iniciada com o PTB na década de 50, que “encontrava sua base na sociedade que se urbanizava (...) que se formava com a urbanização do país” (idem, pp. 15,19). De fato, a partir da ascensão do PTB, “as demandas da urbanização e da modernização” despontaram como guias do domínio político, rompendo com a “personificação do poder de um grupo econômico da cidade, de uma elite tradicional, como os salineiros” (idem, p.88).

[Trechos de MOURA, Rafael Peçanha de. O outro lado da ponte: um olhar antropológico. Uma história urbana. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.]

Como podemos observar, a economia do sal perpassa toda a história social de nossa cidade, sendo mais do que coerente que tenhamos, aqui em nosso município, um espaço que possa preservar e permitir pesquisas referentes a esta tradição.

Diante do relevo social da medida, solicitamos o apoio dos Nobres pares.

Salas das Sessões, 26 de fevereiro de 2018.

RAFAEL PEÇANHA DE MOURA
Vereador - autor